

“Isso é coisa do capeta!”

O papel da “ideologia de gênero” no atual projeto político de poder

“This is the devil’s work!”

The role of “gender ideology” in the current political power project

“Eso es cosa del diablo!”

El papel de la “ideología de género” en el actual proyecto político de poder

DIEGO SCHIBELINSKI*

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis- SC, Brasil.

RESUMO: A comunidade escolar tem se visto envolta em uma guerra discursiva cuja causa seria o combate à “ideologia de gênero”. Da mesma forma, desde sua eleição como chefe do executivo, o atual Presidente da República tem enfaticamente destacado seu compromisso com tal empreitada. Tendo isso em vista, o objetivo deste texto é duplo: ofertar uma explicação sintética de quais seriam os sentidos atribuídos àquilo que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”; e compreender a importância do combate à “ideologia de gênero” para o governo de Jair Bolsonaro e o que esse discurso – marcadamente antigênero – pode revelar acerca do projeto conservador-bolsonarista para a educação brasileira.

Palavras-chave: Ideologia de gênero. Ostensiva antigênero. Gênero e sexualidade nas escolas.

ABSTRACT: From a few years up until now, the school community has seen itself surrounded by a discursive war in which its main cause would be the fight against “gender ideology”. Additionally, Jair Bolsonaro has been emphatically stressing his commitment to such endeavor since his election as chief executive. Having this in mind, the objective

* Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é editor técnico da Revista Retratos da Escola. *E-mail:* <diego.schibelinski@gmail.com>.

of this text is twofold. Firstly, it sought to offer a synthetic explanation of which would be the meanings attributed to what has been called as "gender ideology". Secondly, comprehend what would be the importance of striving against "gender ideology" to the current government. And, what this discourse – assuredly anti-gender – can reveal to us about the conservative-Bolsonarian education project for Brazil.

Keywords: Gender ideology. Anti-gender ostensive. Gender and sexuality in schools.

RESUMEN: Desde hace unos años, la comunidad escolar se ha visto envuelta en una guerra discursiva cuya causa sería la lucha contra la "ideología de género." Del mismo modo, desde su elección como jefe del poder ejecutivo, Jair Bolsonaro ha enfatizado su compromiso con tal esfuerzo. En este escenario, el objetivo de este texto es doble, en primer lugar, el de ofrecer una explicación sintética de cuáles serían los sentidos atribuidos a lo que se ha llamado "ideología de género"; y en segundo lugar, el de comprender la importancia de combatir la "ideología de género" para el actual gobierno, y lo que este discurso, marcadamente antigénero, nos puede revelar sobre el proyecto conservador-bolsonarista para la educación brasileña.

Palabras clave: Ideología de género. Ostensiva Antigénero. Género y sexualidad en las escuelas.

O presidente, a pandemia e uma certa ideologia...

Em 12 de maio deste ano (2020), o Brasil chegava à marca de 12.400 mortos em decorrência da pandemia de Covid-19, se tornando o país na América do Sul com a maior taxa de letalidade pela doença. Naquele mesmo dia, o Ministério da Saúde anunciaria o registro de 881 mortes em decorrência da síndrome respiratória em apenas 24 horas – o maior índice em um único dia até aquele momento. Além disso, o número de casos da doença confirmados no País chegaria a 177.589, quase 10 mil casos a mais do que no dia anterior. Alguns estados começavam a dar claros sinais de sobrecarga de seus sistemas públicos de saúde. Em São Paulo, Amazonas, Maranhão e Rio Grande do Norte, por exemplo, a oferta de vagas de UTI se tornava cada vez menor à medida que sua ocupação aumentava continua e aceleradamente.

Concomitante a crise sanitária, a cena política se mostrava igualmente em polvorosa, sobretudo em decorrência do pedido de demissão de Sergio Moro do posto de

Ministro da Justiça dias antes, e da acusação do ex-juiz e ministro de que o presidente da República vinha tentando interferir politicamente nas investigações da Polícia Federal (PF) em favor de sua família e aliados. Informações sobre a divulgação de um vídeo contendo a gravação de uma reunião ministerial em 22 de abril, no qual, segundo Moro, ficava clara a intenção de Bolsonaro frente as ações da PF, fizeram com que o assunto ocupasse grande parte do trabalho da mídia naquele dia. Assim, em meio a notas do avanço desenfreado da pandemia no Brasil e das estripulias políticas de Jair Bolsonaro e sua escumalha, a notícia de outro acontecimento protagonizado pelo presidente passou quase que despercebida, causando pouca comoção.

Na manhã daquele mesmo dia, antes de iniciar uma reunião ministerial, o presidente e alguns de seus ministros se encaminhavam à cerimônia mensal de hasteamento da bandeira nacional em frente ao Palácio da Alvorada.¹ Além do costumeiro agrupamento de apoiadores, estavam presentes também naquela manhã um grupo de crianças arregimentadas pelo padre polonês Pedro Stefien².

Ao se aproximar das crianças – que usavam máscaras³ e uma camiseta estampada com a mensagem “*Brasil vivo! Sem aborto!*” – Bolsonaro as incentivou a se aproximarem e, contrariando as recomendações da Organização Mundial da Saúde acerca do distanciamento social, abraçou algumas, pegando uma delas no colo. Após uma fala do religioso que salientou o compromisso do grupo com o cristianismo e pontuou a comemoração dos 530 anos da religião no Brasil,⁴ as crianças, em coro, cantaram para o Presidente a canção de Roberto Carlos, *Jesus Cristo*.

Findada a apresentação, o padre Stefien informou a Bolsonaro que as crianças tinham alguns pedidos ao líder da nação. Foi quando uma delas – um menino de no máximo 10 anos – leu em pedaço de papel: “*Senhor presidente, nós crianças não queremos a ideologia do gênero*”. Logo em seguida, o grupo de infantes, guiados pelo padre, em uníssono, bradou: “*Não! Não! Não!*”.

Antes que as crianças dessem prosseguimento à enunciação de “suas” outras demandas, Bolsonaro as interpelou, informando que, a despeito do resultado do julgamento do supremo tribunal federal, de 24 de abril, no qual, por unanimidade, os onze ministros do supremo haviam derrubado a Lei Municipal nº. 1.516/2015, que proibia a utilização de material didático que contivesse o que chamava de “ideologia de gênero” nas escolas públicas municipais de Nova Gama (GO), ele [o presidente] já havia pedido ao major Jorge, secretário geral da presidência, “que providenciasse uma lei – *federal, agora!*”, a fim de tratar sobre a proibição da disseminação da “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras. A promessa de Bolsonaro era de que o projeto seria apresentado ainda naquele dia, e “*com urgência constitucional!*”⁵

Não há como negar que, em meio à maior crise de saúde pública vivenciada pelo País em um cenário no qual o Ministério da Educação tinha pela frente questões muito mais imperativas – tais como a aprovação do novo Fundeb; a adequação das escolas frente as

demandas impostas pela pandemia e pela repentina implementação do ensino remoto; a tomada de decisão quanto ao adiamento, ou não, do Enem em 2020 –, o Governo, via figura do presidente, julgava ser de caráter *urgente* a contenção do avanço da “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras.

É certo que, quando inserida no quadro mais amplo dos acontecimentos, a cena protagonizada pelo padre e pelo presidente parece perder importância. Além do mais, tem sido comum a interpretação de que esse tipo de declaração, controversa e sensacionalista, emitida tanto por Bolsonaro quanto por membros da ala ideológica de seu governo, tem como principal objetivo distrair os opositores e o conjunto da opinião pública frente àquelas que seriam as “verdadeiras barbaridades” de sua gestão. Vista por esta perspectiva, a fala do presidente na manhã do dia 12 de maio poderia ser percebida apenas como mais uma artimanha, uma nova e temporária cortina de fumaça, muito bem-vinda, diga-se de passagem, em meio à pandemia vivida e frente ao grotesco desempenho de seu governo desde 2019.

Esta, contudo, não parece ser uma explicação válida para a questão aqui levantada. Isso porque, embora a declaração daquela manhã tenha ocorrido em meio a um cenário inegavelmente caótico, no qual a atuação de Bolsonaro frente à Presidência da República era duramente questionada e atacada, aquela não foi a primeira vez (nem no ano de 2020, nem desde sua eleição) que o presidente se referia ao tema.

Na verdade, a questão do combate à chamada “ideologia de gênero” vem se mostrando uma constante nas falas referentes a educação, tanto por parte de Bolsonaro quanto de alguns dos ministros que compõem seu conturbado governo – há de se destacar o ministro da Educação, Abraham Weintraub⁶, e a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves. Tendo isso em vista, o objetivo deste texto é duplo: primeiramente, buscou-se, ofertar uma explicação sintética de quais seriam os sentidos atribuídos àquilo que vem sendo chamado de “ideologia de gênero”; em segundo lugar, buscou-se compreender qual seria a importância do combate à “ideologia de gênero” para o governo de Jair Bolsonaro e o que esse discurso – marcadamente antigênero – pode nos revelar acerca do projeto conservador-bolsonarista para a educação brasileira. Como subsídios para essa questão, analisou-se um conjunto de falas do presidente acerca do tema desde sua posse como chefe do Executivo, em 2019, até março de 2020.

O que é “ideologia de gênero”?

De uns anos para cá, a comunidade escolar, de uma forma geral, se viu envolta em uma guerra discursiva na qual, frequentemente, tiros são disparados não se sabe bem por quem, em quais direções ou com quais finalidades. A única certeza parece ser a causa do combate à “ideologia de gênero”. Expressão nova, que invadiu os debates políticos

sobre educação, adentrou as escolas, assolou o trabalho docente e se instalou na boca de parte dos atores políticos que circulam pelas comunidades escolares de todo o País.

Embora muitos já tenham ouvido falar dessa “nova personagem”, que agora habita o imaginário social do universo educacional brasileiro, a verdade é que, para a maioria, ela ainda se mostra como uma figura um tanto ou quanto desconhecida, de contornos difusos e intensões indefinidas. Se você, assim como a maior parte das pessoas, muito ouviu e ouve falar sobre a tal “ideologia de gênero”, mas, até agora, não tem claro qual seria o real significado dessa expressão, a essa altura certamente já deve estar se perguntando: *mas afinal, que diabos é essa tal de “ideologia de gênero”?*

No atual cenário político, e frente aos eventos aqui já mencionados, esta parece ser uma pergunta bastante pertinente. Essencial, na verdade. Afinal, é somente de posse dos significados que os utilizadores da expressão imprimem a ela, que nos tornamos realmente capazes de compreender, de forma adequada e ampla, o que Jair Bolsonaro e seu Governo querem comunicar quando reafirmam seu compromisso em combater à “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras e quais são as principais consequências desse projeto para a educação pública.

Para Jorge Scala (2011), advogado argentino e conhecido locutor do discurso antigênero, “ideologia de gênero” seria um projeto de poder que buscaria alienar a sociedade e, assim, destruir a família, expurgar Deus, eliminar os valores morais judaico-cristãos e, por fim, perverter a diferenciação biológica existente entre homens e mulheres. Esse projeto se efetivaria por meio de uma conspiração a nível global que, ao ser orquestrada por movimentos feministas, ateus, grupos LGBTs e forças políticas com pretensões comunistas, se infiltrariam nos sistemas políticos, disfarçados de direitos humanos, reprodutivos e sexuais, e cooptariam parte da estrutura democrática da sociedade, sobretudo os meios de comunicação e o aparato educacional legal, utilizando-a para divulgar suas ideias não racionais, fundamentadas em uma pseudoantropologia e sem comprovação científica. Mais do que destruir a cultura judaico-cristã, essa ideologia buscaria ainda deseducar moralmente crianças e adolescentes, convencendo-os de que ser homem ou mulher, ao contrário do que se imagina, não seria uma questão absolutamente biológica, mas sim cultural, e que a heterossexualidade, da mesma forma, não seria a única sexualidade possível.

Essa visão de Scala sobre o que seria a “ideologia de gênero” é bastante próxima daquela compartilhada pelas forças políticas conservadoras no Brasil, sobretudo por Jair Bolsonaro. Isso porque, como alguns estudos vêm demonstrando, Scala figurou como uma das principais referências “teóricas” empregadas na elaboração do discurso antigênero brasileiro (MISKOLCI, 2018). Evidência disso é o fato de que o livro do autor, lançado originalmente em espanhol no ano de 2010, foi traduzido e comercializado no Brasil em 2011, momento em que a construção de um discurso de combate ao gênero entre os políticos conservadores brasileiros começava a ganhar força. No entanto, não

é no autor argentino que podemos localizar a gênese da expressão. Embora o objetivo deste texto não seja fazer uma análise etimológica, conhecer um pouco mais acerca da origem da “ideologia de gênero” pode nos auxiliar na compreensão do seu significado.

Sobre o surgimento da “ideologia de gênero”

Como pesquisadores e pesquisadoras têm apontado, a invenção do aparato discursivo antigênero, no qual a expressão “ideologia de gênero” se elaborou, vem se desenvolvendo há mais de vinte anos, tendo surgido em meados da década de 1990 e tendo a Igreja Católica como primeira locutora (ROSADO-NUNES, 2015; MISKOLCI & CAMPANA, 2017; DIP [FURLANI], 2017). Isso teria ocorrido porque, incitada pela realização das Conferências da ONU sobre População e Desenvolvimento (no Cairo em 1994), e sobre as Mulheres (em Beijing em 1995)⁷ – ocasiões em que os direitos sexuais e reprodutivos ingressaram nas agendas legislativas, midiáticas e educativas a nível global –, a hierarquia católica teria iniciado, de forma sistemática, e ainda sob a liderança do papa João Paulo II, uma campanha de combate aos estudos feministas e às teorias de gênero (MACHADO, 2018; MISKOLCI & CAMPANA, 2017; ROSADO-NUNES, 2015).

Segundo Maria José Fontelas Rosado-Nunes (2015), a partir daquele momento é possível perceber que o conceito “gênero” passa a ser duramente atacado nos documentos oficiais da Santa Sé. Para a autora, as principais motivações a este ataque estariam nas fissuras que as análises socioculturais sobre uma perspectiva dos estudos de gênero poderiam impor à estrutura organizacional católica, ao permitirem a desconstrução de alguns de seus conceitos mais tradicionais e caros, tais como a “natureza humana”, a “família” e o “sexo”: o tripé sobre o qual parecem assentar-se as relações de poder hierárquicas e androcêntricas há tanto disseminadas pelo cristianismo. Sendo assim, a condenação das proposições feministas por parte da Igreja Católica e sua desqualificação se mostravam necessárias porque, ao tomar o gênero e o sexo como produtos das relações culturais sociais, afastando-os do determinismo biológico, essas teorias questionavam a existência de uma “natureza divina”, decorrente de uma “lei natural”, dada por Deus. Dito de outra forma, os estudos de gênero passaram a ser combatidos e vilipendiados como intentos ideológicos porque feriam a “natureza” e desrespeitavam as “leis divinas”, afetando fortemente o edifício real e simbólico do catolicismo. Deste modo, se por cerca de um século o discurso feminista havia sido recebido com indiferença pela Igreja Católica, a disseminação global das proposições dos estudos de gênero e do próprio gênero como um conceito explicativo das relações sociais construídas entre os sexos acabou por torná-lo um inimigo merecedor de maior atenção, levando o Vaticano a iniciar virulenta reação.

A primeira vez que o termo “ideologia de gênero” foi empregado em um documento da Santa Sé, foi em 1998, na Conferência Episcopal da Igreja Católica, realizada no

Peru, e cujo tema foi “*A ideologia de gênero – seus perigos e alcances*”. No entanto, Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) apontam que as origens das ideias que sustentam a narrativa da existência de uma “ideologia de gênero” podem ser encontradas no seio da Igreja Católica um ano antes, já em 1997, mais especificamente nos textos do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, que, futuramente, ocuparia o posto de líder da Igreja como papa Bento XVI. Para os autores, o cardeal alemão seria um dos personagens centrais da formulação, por parte do Vaticano, de uma contraofensiva político-discursiva de ataque ao feminismo e sua proposta de reconhecimento e avanço em matéria de direitos sexuais e reprodutivos. Próximos do argumento ofertado por Rosado-Nunes, Miskolci e Campana sugerem que a estratégia central dessa contraofensiva católica consistiu em caracterizar a *perspectiva de gênero* como ferramenta ideológica, rebatizando os estudos de gênero como “ideologia de gênero”.⁸ Isso porque, embora o conceito ideologia possa assumir múltiplos significados, de forma mais restrita – tal como aquela empregada na teoria marxista – as ideologias configurar-se-iam como instrumentos de dominação e de legitimação da exploração. Nessa lógica, a ideologia seria uma doutrina mais ou menos destituída de validade objetiva e que teria como objetivo homogeneizar a realidade, eliminando diferenças e ocultando desigualdades. Ou seja, a ideologia seria uma distorção ou falseamento da realidade, a imposição de uma falsa consciência no intuito de atender aos interesses e relações de dominação (NASCIMENTO, 2015; REIS & EGGERT, 2017). E é justamente este segundo significado que os locutores do discurso antigênero buscaram acionar quando vinculam a perspectiva de gênero à ideologia.

Escalada da “ideologia de gênero” no cenário educacional brasileiro

A realização da Conferência Episcopal que abordou a questão de gênero no Peru, no final dos anos de 1990, garantiu que a pauta não tardasse a chegar na América Latina. Na verdade, sua realização evidencia um claro deslocamento geopolítico das discussões sobre direitos sexuais e reprodutivos dos EUA e Europa para a América Latina. Já no início dos anos 2000 o combate ao avanço da “ideologia de gênero” se mostrava um dos elementos centrais da atuação de grupos evangélicos/cristãos no debate político de alguns países sul-americanos. E não parece desconexo o fato de que, em 2013, a votação que escolheu o sucessor de Bento XVI tenha eleito o cardeal argentino Jorge Mario Bergoglio, fazendo do Papa Francisco o primeiro latino-americano a chefiar a Igreja Católica (MISKOLCI, 2018).

Para Miskolci e Campana, a explicação para a rápida conversão da narrativa do combate a “ideologia de gênero” em um dos eixos prioritários de ação política na América Latina reside no fato de que a popularização desse discurso se deu ao mesmo tempo em que muitos países da região começavam a reconhecer, ou a pôr em discussão, uma

série de avanços em relação aos direitos sexuais e reprodutivos (como, por exemplo, a descriminalização do aborto, o reconhecimento de casais do mesmo sexo ou a inclusão da educação sexual nas escolas).⁹ De modo que, fosse no intento de barrar novas concepções sobre gênero e sexualidade ou de conter os avanços na luta feminista e LGBT, a adoção do discurso da “ideologia de gênero” por parte dessas forças políticas na América Latina teria se dado na forma de um ativismo reativo, de caráter conservador, e que tinha como função primeira disseminar um poderoso discurso antigênero que pudesse alertar a população acerca do “potencial destrutivo” dessas mudanças à instituição da família e à moral judaico-cristã.¹⁰ Isso fica claro quando levamos em conta que na América do Sul o verdadeiro ponto de inflexão e de escalada de um discurso antigênero parece ter ocorrido após o reconhecimento legal das uniões homoafetivas na Argentina, em 2010, e no Brasil, em 2011.

No Brasil, o surgimento desse processo político teria ocorrido de forma similar. Segundo Marina Basso Lacerda (2016), já durante o segundo mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, era possível observar a organização de um discurso comum, empregado por um grupo específico de parlamentares, e que pode ser caracterizado sobretudo por seu forte teor antigênero. Para a autora, o surgimento dessa força antigênero figurou como reação dos grupos políticos conservadores e religiosos ao crescente reconhecimento por parte do Estado brasileiro da pauta LGBT e das demandas feministas. Seus protagonistas seriam, majoritariamente, deputados homens, cristãos e neopentecostais, filiados aos partidos que compõem a bancada evangélica (com destaque para o PSC).

No entanto, como lembra Miskolci (2018), é preciso recusar um olhar simplista que caracterize as disputas em torno do discurso de combate à “ideologia de gênero” apenas como uma batalha entre conservadores e progressistas, grupos políticos de direita e esquerda ou, ainda, entre religiosos e laicos. Isso porque, o grupo que tem atuado nessa empreitada antigênero seria heterogêneo tanto em sua forma como objetivos. Na forma, porque ele seria composto por religiosos católicos, de vertentes neopentecostais, seguidores leigos dessas religiões ou, ainda, por pessoas cujas motivações, de caráter ético, moral e/ou política, são diversas. Nos objetivos, porque sua união seria muito mais o resultado de uma aliança circunstancial (em defesa da moral e dos bons costumes), do que de um consenso político ou, ainda, religioso. Dito em outras palavras, essa união ocorreria muito mais com base na negação da pauta antigênero do que na preposição de saídas frente a ela. Desse modo, o que esses diferentes atores políticos compartilhariam é, na verdade, um campo discursivo de ação no qual suas preocupações político-culturais são partilhadas, mesmo que diante de cada questão esses atores tenham diagnósticos divergentes.

Durante o transcorrer do governo de Dilma Rousseff, esse movimento conservador teria avançado e acumulado força.¹¹

No caso específico do discurso ao combate às pautas de gênero no interior do debate educacional, o estopim parece ter sido a “ameaça” de que conteúdos progressistas fossem

inseridos no sistema público de ensino brasileiro, por meio do programa *Escola sem Homofobia*¹² (LACERDA, 2016).

O temor de que questões relacionadas a igualdade de gênero e ao respeito às diferentes orientações sexuais passassem a compor parte dos conteúdos curriculares e ganhassem “indevidamente” o espaço escolar (tal como objetivava fazer o Escola sem Homofobia) acendeu um alerta no interior da bancada evangélica. Mesmo após o recuo de Dilma Rousseff frente à distribuição do famigerado “kit gay”, a reação do grupo não cessou. De acordo com Lacerda, se até 2011 o tema da “ideologia de gênero”, com sentido rigorosamente igual ao empregado atualmente, havia sido objeto de apenas três pronunciamentos dos deputados (em 2003, 2004 e 2010), no entanto, “em 2011 nada menos que 94 discursos em Plenário abordaram o tema da educação relacionada a tais conteúdos”.

Embora o tema da “ideologia de gênero” não tenha desaparecido dos discursos parlamentares nos anos posteriores (foram 33 as menções ao tema em 2012 e 43 em 2013), em 2014, a pauta retornou com força total à cena política brasileira (ROSADO NUNES, 2015). Na ocasião, o cenário para o debate foi a discussão em torno do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020¹³ e o estopim, a tentativa do relator do projeto, o deputado Angelo Vanhoni (PT/PR), de incluir uma diretriz que visasse “a superação das desigualdades educacionais com ênfase na “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.

Após inúmeras e conturbadas discussões, chegou-se ao acordo de que a menção aos conceitos *gênero* e *orientação sexual* seriam suprimidos do Plano, e a redação final aprovada referiu-se, genericamente, apenas à “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. Grupos religiosos, especialmente católicos e evangélicos, foram os atores mais ativos no processo de apresentação e votação do PNE (LACERDA, 2016; NASCIMENTO, 2015; ROSADO NUNES, 2015).

Como Jimena Furlani argumenta, embora a remoção dos conceitos de gênero e sexualidade do texto do PNE não implicassem nenhuma ameaça objetiva ao trabalho docente, evitar a visibilidade destas palavras na lei, certamente, tinha como intenção dificultar sua atividade ao abordar esses temas na educação (DIP, 2017). Além disso, a remoção dos conceitos de gênero e orientação sexual do PNE em 2014, mais do que sinalizar nova vitória da bancada evangélica na batalha da “ideologia de gênero”, serve também como ilustração do processo pelas forças políticas conservadoras que, após um período de mais de uma década de governos minimamente comprometidos com as pautas populares e com a implementação de políticas sociais de caráter inegavelmente progressista, se mostravam empenhadas em retomar o poder, tanto no Legislativo como do Executivo. Ao término da votação do PNE e a respeito de seu resultado final, à época, o deputado Jean Wyllys comentou:

Há três anos nos debruçamos na construção de um Plano Nacional de Educação que finalmente diga que a escola é um lugar de *inclusão, de superação das desigualdades* educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. A redação proposta pelo relator foi *construída com movimentos sociais, organizações da sociedade civil, entre outros grupos*, ao longo desses três anos de discussão. Apesar disto, parlamentares ligados a grupos religiosos se opõem a este trecho do projeto e fazem *uma suja manipulação das informações* a fim de colocar a população contra esta iniciativa.

A escola não é única, ela é diversa. A escola é formada de gente branca, negra, pobre, mulheres, homens (cissexuais e transexuais), homossexuais, heterossexuais. A escola é um lugar de diversidade! As pessoas homossexuais e transsexuais existem em sua materialidade e não podem ser ignoradas no texto da lei; ignorá-las seria irresponsabilidade, insensibilidade e burrice!

A realidade é que existe o medo por parte desses grupos. Medo de uma educação de qualidade, que desconstrua a nossa cultura de violência discriminatória. Há o medo que esta educação forme uma consciência crítica, que dê às pessoas a possibilidade de uma vida com pensamento, com a possibilidade de não elegerem mais estes demagogos. Há também o medo de uma educação que ensine para as meninas que elas têm vulnerabilidade em uma sociedade machista e misógina e que a posição subalterna que elas ocupam é uma construção cultural, e não algo natural.

A bancada evangélica [...] apresentou um “voto em separado”. Nesse voto [...] diz que a comunidade LGBT promove “ataques aos princípios norteadores da família”. Ela não exemplifica que “ataques” são esses, mas eu suponho que seja a reivindicação de um ambiente escolar que promova o bem-estar de mulheres em geral, homossexuais e transexuais e esteja livre de bullying e discriminações motivadas por homofobia, racismo e sexismo (2014, s/p.).

Embora o PNE não contemplasse mais em seus textos as questões de gênero e sexualidade, o Documento Final da Conferência Nacional de Educação de 2014 (CONAE, 2014), como uma resposta ao que havia ocorrido na Câmara, apresentou como diretriz para políticas educacionais no Brasil a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Em outras palavras, uma clara demonstração de que a vitória conservadora na Câmara não representava a posição das principais entidades educacionais do País que se mostravam dispostas ainda a lutar por educação inclusiva, promotora de direitos e redutora das desigualdades (CONAE, 2014).

Foi na esteira das discussões sobre o PNE e da resposta combativa da Conae à remoção das questões relacionadas ao gênero e a sexualidade, que o debate em torno da “ideologia de gênero” experienciou sua principal onda de popularização. Um ano depois, o Observatório Interamericano de Biopolítica e uma ala da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançaram uma campanha nacional a fim de promover o apagamento do conceito de gênero dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME). Como resultado, o conceito de gênero foi apagado dos PEE e dos PME de parcela significativa dos estados e municípios brasileiros (NASCIMENTO, 2015). Além

disso, o sucesso da reação da bancada evangélica às tentativas do Estado de implementar políticas públicas voltadas ao sistema de educação em 2014 inaugurou uma nova fase no ativismo antigênero no País. A partir daquele momento, a mobilização em torno do combate à “ideologia de gênero” (em 2015 as menções ao tema nos discursos dos deputados saltaram para 106!) ofertou ao grupo conservador a chance de atribuir uma identidade conceitual ao seu movimento antigênero, que vinha ascendendo progressivamente desde 2007 (LACERDA, 2016).

O ano de 2015 foi especialmente movimentado aos que se mostravam dispostos a combater o avanço da “ideologia de gênero” na educação brasileira. As campanhas de divulgação da pauta se multiplicaram e uma série de vídeos ganhou as redes sociais, ampliando o panteão dos personagens da cena ultraconservadora da política brasileira. Figuras como o senador Magno Malta, o deputado Jair Bolsonaro, o deputado e pastor Marco Feliciano, o pastor Silas Malafaia, a pastora Damares Alves e a pastora Marisa Lobo foram alguns dos principais nomes desse período (DIP, 2017).

Foi também neste mesmo contexto que uma série de projetos de lei buscaram afastar das escolas, de forma definitiva, os conteúdos relacionados aos estudos de gênero. Alguns exemplos são: PL 2731/2015, do deputado Eros Biondini (PROS/MG), que propôs que a educação não contemplasse conteúdos que visavam aplicar a “ideologia de gênero” ou abordar termos como gênero ou orientação sexual; PL 3236/2015, do deputado Marco Feliciano (PSC/SP), que excluía expressamente a promoção da “ideologia de gênero” por qualquer meio ou forma do sistema educacional brasileiro; PL 3235/2015, também de Feliciano, que criminaliza a conduta de veicular, “em atos normativos oficiais, em diretrizes, planos e programas governamentais, termos e expressões como ‘orientação sexual’, ‘identidade de gênero’, ‘discriminação de gênero’, ‘questões de gênero’ e semelhantes, bem como autorizar a publicação dessas expressões em documentos e materiais didático-pedagógicos, com o intuito de disseminar, fomentar, induzir ou incutir a “ideologia de gênero”; e, por fim, mas não menos importante, o PL 867/2015, do deputado Izalci (PSDB/DF), que ficou conhecido por propor a instituição do Programa Escola sem Partido, cujo objetivo central era vetar “em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica” e a veiculação de conteúdos que pudessem conflitar com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (LACERDA, 2016).¹⁴

Um soldado no primeiro escalão: Jair Bolsonaro e a “ideologia de gênero”.

No início de janeiro deste ano (2020), o presidente dedicou uma de suas costumeiras *lives* à exposição de um balancete das ações empreendidas pelo MEC ao longo do primeiro ano de seu governo (2019). Acompanhado pelo Ministro da Educação, e pela assessora de imprensa da pasta, o grupo assistiu a um vídeo de cerca de cinco minutos

que ilustrava aqueles que haviam sido os principais avanços na área da educação.¹⁵ Ao término do vídeo, Bolsonaro tomando a palavra, passou a comentar o material:

Presidente: deu para se notar a enormidade que é o Ministério da Educação. E isso, nas mãos de pessoas que não têm um compromisso, ou têm compromisso com um projeto de poder, é um estrago no País. Um estrago! Começa lá na base [o trabalho para] aquela pessoa ser preparada para ser um militante, para ajudar aquelas pessoas que estão no poder a continuar no poder usando as armas da democracia. [...]. Uma parte do eleitorado, se simpatizou comigo na pré-campanha e na campanha tendo em vista a educação. Eu não vi [dentre as ações do MEC] discussão sobre ideologia de gênero. Isso, no meu entender, não é pra ser discutido lá [nas escolas]. Todo pai quer que o filho seja homem, que a filha seja mulher. Coisa óbvia, né!? Que respeite a cultura dos pais.

Ministro da Educação: Presidente, quem educa é a família, a escola ensina. A gente ensina a ler, a escrever, ensina o ofício. A gente espera que a família eduque as crianças. [...] sai o kit gay e entra a leitura em família.

Quando a *live* em questão foi transmitida, não fazia muito que o tema da “ideologia de gênero” havia levado Bolsonaro às páginas dos principais jornais do País. Alguns dias antes, já no penúltimo dia de 2019, o presidente havia sido criticado por vetar o trecho do projeto de lei do Plano Plurianual (PPA) da União, que definia a observância das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), previstos na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁶. Ao comentar as críticas em seu perfil na rede social *Twitter*, o presidente afirmou: “Dentre as ‘metas’ da agenda 2030 estão a nefasta ideologia de gênero e o aborto, sob o disfarce de ‘direitos sexuais e reprodutivos’”.

É interessante destacar que o que Bolsonaro sinalizou como “nefasta ideologia de gênero” na agenda da ONU é, na verdade, o objetivo de número 5 dos ODS, que versa sobre «alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas».¹⁷

A justificativa oficial do Poder Executivo em relação ao veto da inclusão dos ODS no PPA teve como argumento central a inconstitucionalidade da ação. Isso porque, ao inserir os ODS no interior das diretrizes do PPA, o projeto corrompia sua natureza puramente recomendatória, atribuindo-lhes caráter coercitivo e obrigatoriedade jurídica, o que por si violaria a Constituição Federal no que diz respeito à competência exclusiva do Congresso Nacional em resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional; bem como na competência privativa do presidente da República para celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

Aquela não havia sido a primeira vez que o presidente do Brasil afirmava seu compromisso em combater a famigerada “ideologia de gênero”, mesmo que isso fosse de encontro as diretrizes da ONU. Três meses antes do veto das ODS, em setembro de 2019, Jair Bolsonaro, em seu discurso durante a abertura da Assembleia Geral das Nações

Unidas, em Nova York, havia atacado duramente aquilo que chamou de invasão da ideologia na cultura e na educação. Segundo Bolsonaro,

durante as últimas décadas, nos deixamos seduzir, sem perceber, por sistemas ideológicos de pensamento que não buscavam a verdade, mas o poder absoluto. A ideologia se instalou no terreno da cultura, da educação e da mídia, dominando meios de comunicação, universidades e escolas. A ideologia invadiu nossos lares para investir contra a célula *mater* de qualquer sociedade saudável, a família. Tentam ainda destruir a inocência de nossas crianças, pervertendo até mesmo sua identidade mais básica e elementar, a biológica. O politicamente correto passou a dominar o debate público para expulsar a racionalidade e substituí-la pela manipulação, pela repetição de clichês e pelas palavras de ordem. A ideologia invadiu a própria alma humana para dela expulsar Deus e a dignidade com que Ele nos revê.

Alguns dias antes desse discurso, ainda no início daquele mês, Bolsonaro havia afirmado em seu perfil no *Twitter* que iria solicitar ao ministro da Educação, “visando o princípio da proteção integral da criança, previsto na Constituição”, um projeto de lei que proibisse conteúdos relacionados à “ideologia de gênero” nas escolas de ensino fundamental. O *tweet* de Bolsonaro era, na verdade, uma retórica sarcástica à uma manifestação encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pela Advocacia Geral da União (AGU), que se posicionava contrária a uma lei municipal de Londrina (PR), que proibia o debate das questões referentes a gênero nas escolas públicas do município. A manifestação foi encaminhada após a lei ser duramente questionada por entidades da sociedade civil e movimentos sociais, e o argumento central da AGU foi de que competiria apenas ao Governo Federal legislar sobre questões relacionadas à proibição do ensino de determinados conteúdos no currículo escolar do sistema público de ensino.

Pouco mais de um mês antes deste *tweet*, Bolsonaro havia postado em seu Facebook, um vídeo com a fala que fez na *Marcha para Jesus*, realizada em Brasília no dia 10 de agosto. Logo no início do discurso, o presidente fez questão de lembrar à multidão que muito daquilo que abordou durante sua campanha eleitoral já era questão que vinha sendo abordada por ele anos antes, mais especificamente,

desde 2010, quando apareceu aqui [em Brasília], no governo que nos antecedeu, a questão das multifamílias. E eu digo mais, se querem que eu acolha isso, apresentem uma emenda à constituição e modifique o artigo 226, porque lá está escrito que família é homem e mulher. E mesmo mudando isso, como não dá para emendar a bíblia, eu vou continuar acreditando na família tradicional. [...]. As nossas origens, as nossas tradições, a nossa cultura, é judaico-cristã! Vocês têm, pela primeira vez na história do Brasil, um presidente que está honrando o que prometeu durante a campanha. Um presidente que acredita e valoriza a família. Um presidente, a exemplo do governador daqui também, que vai respeitar a inocência das crianças em sala de aula. Não existe essa conversinha de ideologia de gênero. Isso é coisa do capeta! [...]. As leis existem para proteger as maiorias. [...]. Nós não podemos admitir leis que tolham, que firam os nossos princípios. [...]. A todo momento a gente ouve essa *esquerdalha* – PT, PC do B, PSOL –, essa *esquerdalha* nojenta, falar que o estado é laico. O estado é laico, mas EU, *Johnny Bravo*¹⁸, sou cristão!¹⁹

Por fim, para encerrar esse exercício de resgate dos discursos tragicômicos de Jair Bolsonaro relacionados a seu compromisso em combater aquilo que chama de “ideologia e gênero”, cabe lembrar que tal dedicação esteve presente já em seus dois primeiros discursos como presidente da República. Naquele que fez aos parlamentares durante a cerimônia de sua posse, o novo presidente eleito do Brasil fez questão de ressaltar:

Aproveito este momento solene, e convoco cada um dos congressistas para me ajudarem na missão de restaurar e de reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do jugo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica. [...]. Temos diante de nós uma oportunidade única. [...]. Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã. *Combatendo a ideologia de gênero* e conservando nossos valores, o Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. [...]. Reafirmo meu compromisso de construir uma sociedade sem discriminação ou divisão. Daqui em diante, nos pautaremos pela vontade soberana daqueles brasileiros que querem boas escolas, capazes de preparar seus filhos para o mercado de trabalho e não para a militância política.²⁰

Já durante sua fala ao povo, na Esplanada dos Ministérios, Bolsonaro caracterizou sua eleição como o momento em que o povo brasileiro começaria “a se libertar do socialismo, da inversão de valores e do politicamente correto”, e assumiu o compromisso de impedir que “ideologias nefastas” destruíssem as famílias e os valores da nação brasileira, os verdadeiros alicerces da sociedade. Ao convidar todos a colaborarem na árdua tarefa de restabelecer os padrões éticos e morais da sociedade brasileira, Bolsonaro alertou que tinha grandes desafios pela frente: enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização das crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.

Como é possível perceber por meio deste resgate, desde sua posse, o combate à “ideologia de gênero” longe de se mostrar como mera cortina de fumaça – cuja função seria despistar a opinião pública frente à tomada de ações controversas ou, ainda, camuflar a crônica inoperância de seu governo em relação a área da educação – é, se bem prestarmos atenção, o único projeto efetivamente proposto por Jair Bolsonaro para a educação brasileira desde sua campanha eleitoral. Combater a “ideologia de gênero” nas escolas é tarefa tão cara a Bolsonaro – e também a seus apoiadores – que, ao longo do um ano e meio em que esteve à frente da Presidência da República, o chefe do Executivo sentiu necessidade de destacar reiteradas vezes e em diferentes espaços seu compromisso com essa causa, que, como ele mesmo destaca, é parte basilar de seu projeto de governo.

No entanto, vale lembrar, que a relação entre Bolsonaro e as forças discursivas anti-gênero é anterior a sua atuação como presidente. A promessa de combater a “ideologia de gênero” ocupou importante papel na estratégia empregada pelo ex-deputado na campanha eleitoral de 2018. O programa de governo apresentado no 2º turno das eleições pela Chapa Bolsonaro-Mourão, embora não contasse com nenhuma proposta sólida em relação ao setor educacional, já prometia uma mudança no conteúdo e método utilizado nas escolas

brasileiras, investindo mais no ensino de matemática, ciências e português e combatendo a “doutrinação e sexualização precoce” e “expurgando a ideologia de Paulo Freire”, mesmo que para isso fosse necessário realizar uma mudança na Base Nacional Comum Curricular.

Além disso, uma das estratégias empregadas pelas forças bolsonaristas para desacreditar o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad, à Presidência foi a distribuição em massa, via redes sociais (*Facebook* e, sobretudo, *WhatsApp*), de *fakenews* afirmando que Haddad defendia a distribuição de “kits gays” nas escolas, com o intuito de promover a “doutrinação de gênero” das crianças brasileiras. Algumas das *fakenews* foram ainda mais longe e afirmaram que, enquanto esteve à frente da prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad teria distribuído mamadeiras com bicos em forma pênis – a famigerada mamadeira de piroca – às crianças da rede de ensino infantil da capital paulista.

Por fim, como o próprio Bolsonaro nos lembrou em sua fala na *Marcha para Jesus* de Brasília, adotar um discurso assumidamente contrário as pautas de defesa dos direitos das mulheres e das populações LGBT vinha sendo sua principal estratégia política desde seu tempo de deputado. De acordo com Lacerda, em um estudo que buscou mapear as origens das ações antigênero na Câmara dos Deputados, entre 2003 e 2013, Jair Bolsonaro (então filiado ao PP/RJ) foi o parlamentar que mais apresentou iniciativas antigênero (falas ou proposições tais como PECs, PLs, PDCs etc.) no Congresso. Foram 42 ao todo. Foi ele também que acabou por popularizar a expressão “kit gay”, empregada para caracterizar o material paradidático que seria distribuído a alunos e docentes das escolas públicas e que tinha como objetivo combater discriminações pautadas em identidades de gênero e sexualidades dissidentes no espaço escolar.

Tendo isso em mente, não parece leviano afirmar que foi exatamente por ter se constituído como um dos principais locutores do discurso antigênero na cena política, a partir de 2011, que Bolsonaro foi capaz de angariar o apoio de uma vasta e heterogênea gama de atores políticos. Foi, em grande medida, por se comprometer em ser o porta-voz desse compromisso comum das forças conservadoras em combater o avanço da perspectiva de gênero nas políticas públicas que o ex-deputado conseguiu tamanha visibilidade e respaldo durante o pleito eleitoral. Igualmente importante é perceber que, quando reafirma seu compromisso com esta causa, sobretudo em momentos de grave crise como o que se vive atualmente, o que Bolsonaro busca fazer é renovar o pacto político que permitiu sua ascensão ao poder.

Mas afinal, existe ideologia de gênero?

Embora muitos políticos brasileiros, locutores do discurso antigênero, venham, como vimos, se dedicando a combater o avanço da implementação de uma “ideologia de gênero” na educação, cabe ressaltar que essa é uma expressão que nunca foi

empregada em nenhum plano de educação, seja ele nacional, estadual ou municipal. A expressão “ideologia de gênero” não é sequer reconhecida como conceito acadêmico no interior das Ciências Humanas. Embora muitas vezes aqueles que a empregam o façam como se esta fosse um sinônimo para outros conceitos como *estudos de gênero*, *aporte de gênero* ou *perspectiva de gênero*, cientificamente, “ideologia de gênero” tem sido vista como uma expressão plurissemântica, que funcionaria como uma espécie de gatilho para uma mobilização reacionária e que carregaria em si uma série de ideias equivocadas e temores infundados produzidos no âmbito do conservadorismo religioso.

Segundo REIS & EGGERT, a expressão “ideologia de gênero” seria a forma pela qual os locutores do discurso antigênero “apelidaram” suas falaciosas acusações de que uma consciência mais ampla acerca dos processos sociais e culturais, que constituem o gênero e as sexualidades, induziria à destruição da “família tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros. Já Marina Basso Lacerda (2016), por sua vez, vê “ideologia de gênero” como sendo, na verdade, uma expressão genérica, empregada para sintetizar as acusações das forças políticas conservadoras frente a ações de caráter progressistas. Dito de outra forma, a afirmação de que os estudos de gênero seriam, na verdade, um aparato ideológico, não passaria de uma desonestidade intelectual, um engodo discursivo cujo objetivo seria disseminar uma ideia equivocada do que realmente seria essa área do conhecimento e de quais poderiam vir a ser as vantagens caso as instituições democráticas da Nação adotassem a perspectiva de gênero.

Além de figurar como uma não verdade, o discurso de combate à “ideologia de gênero” se mostra também como uma inegável contradição. Isso porque, para os defensores da existência de uma “ideologia de gênero”, as verdadeiras intenções dos estudos de gênero seriam promover a destruição da família tradicional, dos valores judaico-cristãos, do direito à vida e do papel tradicional de homens e mulheres na sociedade (LACERDA, 2016). No entanto, tal como nos explica Furlani, ao apresentar a “ideologia de gênero” como “uma coisa ruim”, o que a retórica antigênero busca fazer não é salvar essas intuições (família, Deus, a vida, valores morais etc.), mas, sim, propagar um pânico moral, de modo que as pessoas se voltem contra aos estudos de gênero e se mostrem resistentes à políticas públicas que visam garantir maior igualdade de gênero e respeito à diversidade.

Embora esses sujeitos políticos se autoproclamem como defensores da sociedade, longe de combater uma “ideologia de gênero”, o que eles fazem, na verdade, é impor um aparato ideológico sobre o gênero. Isso porque, ao contrário do que os defensores do discurso antigênero buscam afirmar, as considerações ofertadas pelos estudos de gênero não são autoritárias. O que elas visam é promover uma realidade na qual os sujeitos não tenham seu destino social pré-definido unicamente pelo sexo biológico. O que a teoria de gênero busca fazer é elucidar que boa parte das desigualdades e da constante situação de violência imposta a (e vivenciada por) mulheres e dissidentes sexuais e de

gênero é, na verdade, decorrente de uma série de construções e expectativas culturais formuladas no interior de cada sociedade. Os estudos de gênero não têm como objetivo implodir conceitos como homem, mulher e família, tampouco extinguir a heterossexualidade, ou promover a “homossexualização” em massa de crianças e adolescentes. Longe disso, seu objetivo central é o de reeducar a sociedade, de modo que seja possível a construção de uma cultura de inclusão e respeito à diversidade na qual as identidades de gênero e sexualidade assumidas pelos indivíduos, bem como seus múltiplos arranjos familiares, possam ser reconhecidos, promulgando assim um ideal de tolerância e respeito à diversidade.

Como é possível perceber, embora os propagadores do discurso antigênero acusem os estudos de gênero de ser um aparato ideológico, são eles que, de forma autoritária, buscam impor, por meio da manipulação das massas e com a ajuda das redes sociais, uma concepção de gênero e sexualidade que, embora violenta a existência de inúmeros sujeitos, é defendida em prol dos seus interesses. Para isso, articulam um discurso autoritário, violento e repressor, baseado em argumentos totalmente esvaziados de cientificidade e senso crítico, que devem ser assimilados de forma acrítica e reproduzidos como verdades inquestionáveis. Não parece equivocada afirmar que produzir uma ideologia sobre o gênero seria, na verdade, defender a imposição de um único modelo de família, uma única forma de ser homem e mulher, uma única sexualidade, negando o direito de existência a todos aqueles e aquelas que escapam a essa norma autoritariamente construída e sistematicamente imposta e perpetuando sistemas de opressão e inferiorização.

O que Bolsonaro e as forças antigênero buscam fazer ao acionar o discurso de combate à “ideologia de gênero” não é “proteger” a inocência das crianças, mas, sim, promover uma espécie de terrorismo, um clima de pânico moral em torno da ideia de igualdade de gênero e de diversidade sexual, intimidando e ameaçando aqueles que se comprometem com tais pautas humanitárias (DIP [FURLANI], 2017; MISKOLCI, 2018). Fazem isso no intuito de promover uma total despolitização do processo educativo. Ao defender a necessidade da implementação de um currículo puramente tecnicista, no qual questões éticas, morais e filosóficas estariam relegadas exclusivamente ao âmbito familiar, esses sujeitos buscam garantir a perpetuação de uma organização patriarcal da sociedade, fundamentada em uma divisão binária do gênero e normatizadora da sexualidade, assim como a perpetuação das exclusões de classe.

Não é por acaso que Bolsonaro se compromete tão fortemente em rechaçar as discussões sobre gênero e sexualidade do espaço escolar. Como deixou evidente em uma de suas falas, o atual presidente tem total consciência do poder da educação como meio de formação política. Além disso, como bem nos lembra Furlani,

se considerarmos que o conceito gênero permite as discussões acerca da posição da mulher na sociedade, da aceitação dos novos arranjos familiares, das novas conjugalidades nos relacionamentos afetivos, ampliação da forma de ver os sujeitos da

pós-modernidade e no reconhecimento da chamada diversidade sexual e de gênero, então, não há campo do conhecimento contemporâneo mais impactante e perturbador para as instituições conservadoras e tradicionais que os efeitos reflexivos dos estudos de gênero. Isso nos faz entender porque o empenho tão enfático, persistente e até, em algumas situações, antiético das instituições que criaram e divulgaram essa narrativa denominada “ideologia de gênero” (DIP, 2017, s/p.).

De certa forma, Bolsonaro tem razão quando afirma estar em curso um projeto político que visa impor uma visão ideológica do gênero. Este projeto, como vimos ao longo deste texto, realmente existe e precisa ser urgentemente combatido. No entanto, para que isso seja possível, é necessário que primeiro sejamos capazes de perceber quem são os verdadeiros ideólogos e qual é a verdadeira ideologia. Felizmente, não é preciso muito esforço para que a incontornável contradição que sustenta o discurso antigênero nos salte aos olhos. Afinal, como nos lembra o próprio Jorge Scala no interior de sua acusação contra os estudos de gênero, tão reproduzida por Bolsonaro e pelas forças políticas conservadoras brasileiras,

uma ideologia é um corpo doutrinal fechado, com pretensões de oferecer uma explicação de toda a realidade e, por isso, oferecer pautas universais de comportamento. Parte de uma premissa não demonstrada e indemonstrável - porque é falsa - e, a partir dela, as conseqüências são deduzidas mediante raciocínios rigorosamente lógicos. Por isso, quem aceita a premissa acriticamente e assim se introduz no sistema de pensamento ideológico não pode sair dele. Pelo contrário, nele se introduz cada vez mais profundamente, podendo chegar até ao mais irracional fanatismo. A única forma de sair da ideologia é descobrir a falsidade da premissa que lhe serve de fundamento aparente [...].

Todo ideólogo é um manipulador em ato, não em potência [...]. Manipular é manipular as pessoas como se fossem coisas; isto é, ter sobre elas um domínio, uma posse, um uso e proveito exatamente como se tem frente às coisas. Existem formas grotescas de manipulação, mas outras são “elegantes”. A manipulação da linguagem acha-se entre estas últimas. Quem manipula é aquele que quer vencer sem convencer. O ideólogo procura dominar povos inteiros, que previamente transformou em massa, tirando-lhes a liberdade. A finalidade do ideólogo é o domínio, o uso e proveito dos demais naquilo que é objeto de sua manipulação. Como ferramenta de trabalho, o ideólogo deve enganar; e engana através da linguagem e da imagem. O manipulador jamais matiza os conceitos, facilitando, assim, a confusão. O ideólogo jamais prova o que afirma: simplesmente o dá por certo (SCALA, 2015, p.34).

Somos, sim, contra a “ideologia de gênero”

À esta altura, é de se esperar que você, leitor ou leitora, já tenha percebido que não basta apenas que nos esforcemos em desmentir a falácia que há por trás da acusação das forças conservadoras de que os estudos de gênero seriam um aparato ideológico. É preciso ir além, expondo as contradições e armadilhas que existem por trás desse projeto e desmascarando a forma como o atual governo – formado por muitos dos atores

políticos que vêm protagonizando o processo histórico de elaboração e disseminação desse discurso antigênero no Brasil – tem buscado implementar um clima de pânico moral em torno do conceito gênero.

Mais do que dissipar o espectro da “ideologia de gênero” e desconstruir essa política de medo e de perseguição contra o trabalho docente, é preciso barrar a tentativa do atual governo de converter a escola pública em um instrumento daquilo que pode ser visto como uma necropolítica. Afinal, como nos lembra Miskolci, a guerra proposta pelas forças políticas antigênero é uma guerra que só pode terminar com a eliminação do adversário compreendido como inimigo.

Além disso, é essencial que esse embate possa ocorrer no interior dos espaços escolares, uma vez que é a escola que ensina para a cidadania, que instiga o desenvolvimento da criticidade. A educação é o primeiro espaço de transformação da sociedade, por isso, privar o ambiente escolar desses debates é perverter o seu papel, transformando-a em um lugar no qual, ao invés de serem dissolvidas, as desigualdades sociais seriam produzidas e /ou reproduzidas.

Definitivamente, não é a existência de conceitos como gênero e sexualidade que farão surgir na sociedade pessoas LGBT ou, ainda, a defesa das pautas feministas que afetarão os níveis de natalidade e a continuidade da instituição familiar. No entanto, certamente, é a abordagem destas temáticas que promoverão melhorias concretas na vida (atual ou futura) de muitos dos sujeitos que circulam cotidianamente pela escola. Afinal,

a censura ao termo gênero nos planos educacionais – assim como a outros como identidade de gênero – não é mera questão semântica, mas ação deliberada de impedir o aprendizado de meios para a demanda de igualdade e autonomia por parte de mulheres, assim como o de direitos fundamentais como segurança e respeito à própria vida no caso de homossexuais, pessoas trans, entre outros (MISKOLCI, 2018, s/p.).

É necessário ensinar aos nossos meninos e meninas que muitas das desigualdades e violências às quais elas e eles poderão vir a ser submetidos/as (ou já são) decorrem de uma tradição histórico-cultural de inferiorização da condição feminina e das sexualidades tidas como dissidentes que precisa e deve ser combatida e alterada. É preciso encontrar formas simples de explicar às nossas crianças e jovens as múltiplas facetas tanto da sexualidade como do gênero, para que sujeitos que por vezes são percebidos como anormais e perigosos, tais como gays, lésbicas e bissexuais, mas também transgêneros, transexuais e pessoas intersexo possam ter suas identidades reconhecidas, suas subjetividades valorizadas e suas vidas garantidas. É oportuno promover o respeito e o reconhecimento de novas e múltiplas formas de conjugalidade e de relacionamentos afetivos. Assim como é preciso, desde a escola, construir uma interpretação ampla acerca do que são os direitos humanos, capaz de desestruturar amplos e antigos sistemas de opressão.

Cabe ainda destacar que, ao garantir isso, o professor ou a professora não está agindo como um revolucionário, um ideólogo comunista, um doutrinador. Pelo contrário, é preciso lembrar que há uma série de leis, documentos e tratados, construídos e ratificados democraticamente pela sociedade brasileira, tanto em nível nacional como internacional, que estabelecem o direito e, até mesmo, a obrigatoriedade da abordagem das temáticas de sexualidade, gênero e orientação sexual nas escolas como parte constituinte do direito à educação. Ao ofertar a seus alunos e alunas uma educação que abarque questões de gênero e sexualidade, os professores e professoras não estariam mais do que executando, de forma correta, o seu papel, previsto e amparado na Lei. É o silenciamento e a omissão destas temáticas, seja por parte dos educadores ou do Estado, que podem e devem ser questionados.²¹

Demonstrações claras disso têm sido ofertadas à sociedade brasileira nos últimos meses. Desde abril deste ano (2020), o STF, por meio de plenárias virtuais, tem julgado e declarado inconstitucional (por unanimidade!) as legislações antigênero na educação que proliferaram pelo Brasil desde 2014., buscando claramente pôr fim a um ciclo de embates jurídico-formais que objetivou instaurar o clima de censura nas escolas. Tal como destacaram Salomão Ximenes e Fernanda Vick (2020), a derrubada dessas leis pelo STF pode ser resumida em cinco teses principais:

1. A censura às temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual nas escolas viola a liberdade constitucional de ensinar, aprender, divulgar a arte e o saber e interdita o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
2. Professores têm liberdade de expressão no exercício profissional, e a censura prévia às suas atividades é incompatível com as liberdades fundamentais de opinião e pensamento.
3. Crianças e adolescentes têm direito fundamental ao conhecimento e à proteção que os estudos escolares sobre gênero e sexualidade proporcionam.
4. O Estado tem o dever de zelar pelas liberdades, direitos e garantias anteriores e de atuar por meio de políticas públicas e sistemas de ensino, de escolas públicas e privadas, para o enfrentamento de todas as formas de discriminação com fundamento em gênero e orientação sexual;
5. Quanto aos pais, entre os direitos sobre a educação de seus filhos não se incluem poderes para questionar ou vetar conteúdos específicos do ensino que compõem os objetivos republicanos e democráticos do direito à educação.

Como é possível perceber, não devemos nos calar, tão pouco nos sentirmos temerosos ou ameaçados. Falar sobre a importância desse debate para a educação e expor as formas pelas quais professores e professoras têm abordado os temas relacionados ao gênero e às sexualidades nas escolas parece ser a forma mais eficaz de desmontar as mentiras que sustentam o discurso antigênero e evidenciar seus verdadeiros e nefastos ideais. Tal como tem sido demonstrado, a batalha ainda não acabou, ela está apenas começando. Cabe a nós arregaçar as mangas e seguir em frente, firmes e determinados!

Recebido em: 25/06/2020 e Aprovado em: 10/07/2020

Notas

- 1 O evento descrito a seguir foi amplamente noticiado pela imprensa e transmitido ao vivo pelo perfil de Jair Bolsonaro na rede social Facebook, onde ainda pode ser acessado por meio do link: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/2531361640447255/?t=1>.
- 2 Stefien vive no Brasil há cerca de 18 anos e é diretor da Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família. Ganhou reconhecimento nacional em 2016 devido ao trabalho que vinha realizando já há dois anos junto as famílias expulsas de suas casas pelas milícias que controlam os condomínios do programa *Minha casa minha vida*, no Rio de Janeiro. O padre é apoiador de Jair Bolsonaro e, desde sua eleição à Presidência, têm se feito figura constante em frente ao Alvorada. Dentre suas principais pautas, estão o combate ao aborto – defendendo inclusive a revogação do direito ao mesmo nos casos já previstos em lei, como anencefalia, estupro e risco de morte da mãe –; a derrubar a lei da alienação parental e o combate daquilo que os ultraconservadores convencionaram caracterizar como ideologia de gênero (CAIXETA, 2020; TORLAY, 2019).
- 3 A visita ao Alvorada não foi a primeira vez em que o padre expôs crianças ao risco de contágio em meio à pandemia de coronavírus, Stefien esteve também nas manifestações anti-democráticas realizadas no dia 3 de maio em frente ao Supremo Tribunal Federal e, na ocasião, também levou um grupo de crianças, que sequer usavam máscaras em meio à aglomeração. O padre ainda é defensor do modelo de isolamento social vertical, e chegou a divulgar em suas redes sociais um apelo para que jovens e adultos retornassem ao trabalho (ROCHA, 2020).
- 4 Há um erro matemático básico na fala do padre; afinal, a chegada dos portugueses ao Brasil e, conseqüentemente, a realização da primeira missa datam de 1500, ou seja, de 520 anos atrás.
- 5 Vale lembrar que o presidente da República tem o direito de solicitar que projetos de lei de sua autoria tramitem em regime de urgência. De modo que cada uma das Câmaras passa a ter o prazo de 45 dias, cada uma, para votar a matéria. Caso tal prazo não seja respeitado, o projeto em questão passa a trancar a pauta de deliberações da casa em que estiver tramitando, impedindo a votações de qualquer outra matéria.
- 6 Abraham Weintraub foi o segundo ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro. Tendo substituído Ricardo Vélez Rodrigues, esteve à frente da pasta de abril de 2019 a meados de junho de 2020. À época da escrita deste texto, Weintraub ainda ocupava o posto de ministro; no entanto, pouco tempo depois, acabou deixando o posto após se envolver em uma série de polêmicas e de ofender ministros do Supremo Tribunal Federal.
- 7 A conferência de Beijing, especificamente, caracterizou-se por ser aquela na qual a ONU passou a substituir o termo *mulher* (que havia sido o principal sujeito nas primeiras três conferências) pelo conceito de *gênero* em seus documentos oficiais. Uma mudança que, segundo Miskolci & Campana (2017), reconhecia que as desigualdades experienciadas pelas mulheres eram problemas estruturais e que, por isso, só poderiam ser abordados sob uma perspectiva integral de gênero. O alcance global das diretrizes da ONU garantiu que, com isso, a categoria passasse a ocupar lugar central nos debates que giravam em torno do papel da mulher nas sociedades.
- 8 Uma das bases teóricas empregadas pela Igreja para a elaboração do discurso da “ideologia de gênero” teria sido o livro escrito por Dale O’Leary, *Agenda de gênero*, publicado em 1996. Embora O’Leary, conhecida ativista pró-vida, não tenha utilizado à época “o termo “ideologia de gênero” – mas sim, ideologia “feminista radical” – a obra, que tinha como base sua experiência como delegada nas conferências da ONU no Cairo e em Beijing, tinha como função criticar a organização por adotar uma perspectiva de gênero na formulação de suas políticas públicas (DIP [FURLANI], 2017; MISKOLCI, 2018, MACHADO, 2018).
- 9 Para os autores, é preciso ainda destacar que esse amplo e generalizado reconhecimento das pautas LGBT e feministas na região só teria ocorrido graças a um rearranjo das forças políticas que permitiu aos grupos de esquerda chegar à Presidência de muitas das repúblicas latino-americanas (tal como ocorreu na Venezuela em 1999, no Brasil em 2003, na Argentina em 2003, na Bolívia em 2006, no Chile em 2006 e no Equador em 2007).

Mas, também, devido ao distanciamento e enfraquecimento, a partir dos anos de 1990, de muitas das alianças construídas entre as forças políticas da esquerda latino-americana e grupos cristãos. Afinal, no Brasil, mas também em outros países, o catolicismo demonstrou afinidades com uma agenda econômica mais à esquerda, figurando como um dos protagonistas no desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos, o que o teria aproximado de movimentos pró-democracia, sobretudo por meio da Teologia da Libertação. No entanto, essa aproximação teria sido responsável também pela formação de uma esquerda moralmente cristã, que, embora crítica às políticas econômicas de precarização social e manutenção da pobreza, se mostrava negligente às pautas de outros grupos que compunham a luta, como os movimentos sociais feministas e LGBT.

- 10 O documentário *Gênero sob ataque*, dirigido por Jeronimo Centurión e lançado em 2018 tem como objetivo ofertar uma explicação acerca da expansão do combate a “ideologia de gênero” na América Latina, sobretudo na Costa Rica, Colômbia, Peru e Brasil. A obra está disponível na íntegra no YouTube e pode ser assistida de forma gratuita (https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M&feature=youtu.be). Sobre o tema, cf. também: BIROLI, F. & CAMINOTTI, M. *The Conservative Backlash against Gender in Latin America*. *Politics & Gender*. Cambridge, v. 16, n. 1, mar. de 2020.
- 11 É importante destacar que o movimento antigênero obteve destacado êxito durante a estadia de Dilma Rousseff como líder do Executivo. Isso porque, entre 2011 e 2014, o número de parlamentares vinculados à bancada evangélica cresceu significativamente, de modo que, em 2015, a bancada já figurava como a maior da história do Congresso. Como consequência direta desse crescimento, quase todos os projetos voltados à área da educação e relacionados a pauta de gênero e sexualidade foram duramente criticados e, na sua grande maioria, revogados antes mesmo de sua execução. Tal como ocorreu com o Escola sem Homofobia e o projeto do Comitê de Gênero que, no âmbito do Ministério da Educação, teria função consultiva a respeito das questões de identidade de gênero e de orientação sexual.
- 12 O Escola sem Homofobia, foi uma iniciativa que visava promover a cidadania e os direitos humanos da comunidade LGBT, bem como combater a homofobia no ambiente escolar. A ação compunha o programa Brasil sem homofobia, criado em 2004 pelo Governo Federal, e tinha como intenção a confecção e distribuição nas escolas públicas de um material didático (filmes, cartilhas e sugestões de sequências didáticas para professores), elaborado pelo Ministério da Educação, em conjunto com o Ministério dos Direitos Humanos e outras entidades não governamentais (a ação recebeu ainda o apoio de Unesco). O material ficou famoso por receber críticas de importantes políticos vinculados a direita brasileira e, sobretudo, por ser identificado pejorativamente pelo então deputado federal Jair Bolsonaro como “kit gay”. Em meados de 2011, às vésperas da distribuição dos materiais e após forte pressão por parte da bancada evangélica (o “kit gay” foi objeto de 47 discursos no Congresso no ano de 2011), a então presidenta Dilma Rousseff acabou por abandonar a iniciativa, que havia custado ao Governo até aquele momento 1,9 milhões de reais.
- 13 O projeto foi entregue à Câmara dos Deputados, pelo então ministro da Educação do governo Lula, Fernando Haddad, em 15 de dezembro de 2010. No entanto, sua aprovação se deu apenas em abril de 2014, já no Governo Dilma Rousseff, que o sancionou sem nenhum veto (ROSADO-NUNES, 2015). De acordo com Lucas Nascimento (2015), o PNE2011-2020 só foi aprovado com três anos de atraso, porque deputados conservadores opuseram-se ao desdobramento do inciso III do Artigo 2º, que se destinava à superação das desigualdades educacionais “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.
- 14 Para uma análise mais detalhada sobre a questão da “ideologia de gênero” na câmara dos deputados em 2015, cf. LUNA, Naara. *A criminalização da ideologia de gênero- uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015*
- 15 A *live* está disponível no perfil de Jair Bolsonaro na rede social Facebook: <https://www.facebook.com/42499ba-d-a041-452e-94f9-85dced710be1>
- 16 A agenda 2030 é um documento elaborado em 2015 pela ONU que, ao estabelecer os 17 objetivos a serem implementados por todos os países do mundo até 2030, visa garantir o desenvolvimento sustentável. Para uma leitura integral destes objetivos, cf.: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>
- 17 Como metas a serem alcançadas para a realização do objetivo 5, a ONU recomenda aos países a necessidade de observar questões como: 1) acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte; 2) eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; 3) eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas; 4) reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos,

- infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais; 5) garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública e assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos.
- 18 Johnny Bravo é o personagem de uma série estadunidense de desenho animado, criada por Van Partible, e exibida no Cartoon Network entre os anos de 1997 e 2004. Na série, Johnny Bravo é um louro musculoso, egocêntrico e vaidoso. Apresenta um comportamento mulherengo, e costuma ser rejeitado por quase todas as garotas que tenta conquistar por sua estupidez e modos desagradáveis.
- 19 O vídeo da fala está disponível na conta de Jair Bolsonaro no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=QSMRCIaMoCc>.
- 20 A fala, em sua íntegra, pode ser encontrada em: <https://www.youtube.com/watch?v=17NWLcKRY-Y>
- 21 Em caráter informativo, vale mencionar que, além do dossiê na qual este texto se insere, outras revistas, incluindo a própria *Retratos da Escola*, já publicaram dossiês sobre a abordagem das questões relacionadas ao gênero e sexualidade em ambiente escolar. Esses dossiês possuem textos que abordam a temática de ângulos variados e com enfoque nos diferentes níveis e setores da educação nacional, mostrando-se como uma rica fonte de subsídios aos educadores e educadoras interessados em expandir seus conhecimentos sobre a temática. Dentre alguns, destaca-se aqui: *Revista Retratos da Escola*. Dossiê Diversidade na Escola: gênero e sexualidade. Volume 09, n. 16, Brasília, 2015. *Revista Estudos Feministas*. Dossiê Gênero e sexualidade no espaço escolar. Volume 19, n. 02, Florianópolis, 2011. *Revista Pro-Posições*. Dossiê: Educação, Gênero e Sexualidade. Volume 19, n. 2, Campinas, 2008. *Revista Periódicus*. Dossiê Crianças desviadas. Volume 1, n. 9, Salvador, 2018. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Dossiê Sexualidade, gênero e educação sexual em debate. Volume, 14, n. esp. 2, Alcalá, 2019. *Revista Diversidade e Educação*. Dossiê Propostas de pedagogias feministas para despatriarcalizar a educação. Volume, 8, n. especial, Rio Grande, 2020. *Revista Margens*. Dossiê Corpo, Gênero e Sexualidade: Discursos, Sujeitos e Práticas. Volume 11, n. 17, 2017. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. “Gênero, Sexualidade, Política e Educação”. Volume 3, n. 1, Rio de Janeiro, 2017.

Referências

- CAIXETA, Fernando. Conheça o padre Pedro Stepien, que reza com Bolsonaro no Alvorada. **Metrópoles** [online], 19/04/2020.
- CONAE. **Documento-referência** elaborado pelo Fórum Nacional de Educação. Brasília, 2014.
- DIP, Andrea. Existe “ideologia de gênero”? [entrevista com Jimena Furlani]. **Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo** [online]. Publicado em 25 de out. de 2017.
- LACERDA, Marina Basso. “Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Belo Horizonte, de 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.
- LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 50, e175018, 2017.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. O discurso cristão sobre ideologia de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, p. 1-18, e47463, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 53, e185302, 2018.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 725-743, set./dez. 2017.

NASCIMENTO, Lucas. Qual “ideologia de gênero”? A emergência de uma teoria religiosa fundamentalista e seus impactos na democracia. **Albuquerque**. Aquidauana, v. 7, n. 13, p. 85-100, jan.-jun. de 2015.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os Planos de Educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan.-mar. de 2017.

ROCHA, Lucas. Saiba quem é o padre que colocou crianças em risco para apoiar Bolsonaro. **Forum** [online], 12/05/2020.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.

SCALA, Jorge. **Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família**. Catechesis: São Paulo, 2011.

TORLAY, Bruna. Randolphe Rodrigues usa seus privilégios. Mas defende o povo brasileiro? **Editorial MBC**, 11/06/2019.

WYLLYS, Jean. Igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual nas escolas: o “ataque aos princípios norteadores da família”. **IG** [online], 10 de abril de 2014.

XIMENES, Salomão; VICK, Fernanda. **Fim de um ciclo: STF decide dar fim à ideia fraudulenta do Escola sem Partido**. Diálogos do Sul, São Paulo, 06 de julho de 2020.